

vade pelo Congresso, que também terá poderes para, através de voto de desconfiança, destituir aquele que não estiver atendendo aos interesses da Nação. O ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Eduardo Seabra Fagundes, defendeu esta proposta ontem, na Subcomissão do Poder Executivo, e pediu ainda a convocação de eleições diretas para Presidente da República até seis meses após a promulgação da nova Constituição. Segundo ele, essa seria a única forma de se manter a transição sobre controle e efetiva legitimamente.



Lourenço (à esquerda) e Covas trocam confidências

Segundo o Deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ), a discussão sobre parlamentarismo ou presidencialismo se tornou uma questão semântica, pois todos os constituintes defendem o fortalecimento do Poder Legislativo, com uma divisão maior dos poderes do Presidente da República. Nesse

sentido, além da aprovação dos Ministros indicados pelo Executivo, o Congresso criaria comissões com o objetivo específico de fiscalizar todas as ações de cada um dos Ministros. Além disso, o Presidente somente poderia editar decretos-leis em casos "excepcionabilíssimos", e mesmo assim com a aprovação do Congresso. Caso o decreto-lei não fosse apreciado em um determinado período de tempo pelos parlamentares, seria rejeitado, ao contrário do que ocorre atualmente, em que acaba sendo aprovado por decurso de prazo. Com esse objetivo, as atuais comissões técnicas, responsáveis pela

vetada em uma comissão de tramitação normal em outra até chegar ao plenário, mesmo com parecer contrário. A finalidade maior da estruturação do Legislativo é evitar uma enorme quantidade de projetos, inclusive alguns que acabam por criar uma imagem negativa para o Congresso.

Enquanto isso, o Deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) acredita que está crescendo cada vez mais a tese do parlamentarismo. "Se continuarmos com o presidencialismo, da forma que está, acabaremos atravessando o século correndo o risco de uma guerra civil", disse.

Bonifácio afirmou que defenderá o mandato de seis anos para Sarney somente se for adotado o parlamentarismo: "É o que mais se aproxima do meu temperamento". Por isso, ele acredita que Sarney tudo faria para fortalecer esse sistema no Brasil. Caso contrário, ele será favorável ao mandato de quatro anos, podendo até chegar às diretas já.

A redução drástica dos poderes do Presidente também é defendida pelo Relator da Subcomissão do Poder Executivo, Senador José Fogaça.

Ex-Presidentes da Câmara defendem prerrogativas e comissões técnicas

BRASÍLIA — O fortalecimento das comissões técnicas do Senado e da Câmara, que passariam a ter poder decisório, é uma das sugestões para restabelecer as prerrogativas do Congresso, de acordo com os ex-Presidentes da Câmara dos Deputados Flávio Marcellino, Célio Borja e Nelson Marchezan, que ontem deram depoimentos à Subcomissão do Poder Legislativo, subordinada à Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo. "As comissões técnicas são a espinha dorsal do trabalho parlamentar", disse Célio Borja. Além de defender a reestruturação das comissões técnicas, de modo a permitir a sua efetiva contribuição para assuntos de natureza legislativa e, ainda, relativos à fiscalização do Poder Executivo, Célio Borja mostrou-se favorável a tese de que tais comissões possam ser convertidas automaticamente em comissões de inquérito, quando necessário. Ao abordar a questão dos subsídios variáveis dos parlamentares — os jetons —, lembrou que em sua gestão lutou, sem sucesso, para se chegar a "verdade da remuneração parlamentar" e conclamou os constituintes a encontrarem uma fórmula de conceder vencimentos justos sem lançar mão do jeton.

Marcellino concordou e disse que se o atual Presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, não tivesse "engavetado" projeto de uma comissão mista interpartidária, devolvendo ao Congresso suas prerrogativas, os parlamentares não teriam sido alvo, ano passado, de críticas pelos jetons.

Outro ponto por ele considerado importante é a questão da aprovação de decretos-leis por decurso de prazo. Apoiado por Borja e Marchezan, Flávio Marcellino referiu-se ao decurso de prazo tal como previsto na Carta vigente, fazendo que é o "maior obstáculo às prerrogativas". Ele acha que, mantido, o decurso deve ter o sentido inverso, ou seja, o decreto-lei deve ser rejeitado quando esgotado o prazo estipulado para sua votação. E frisou: "A lei decorre da votação do Parlamento, e não da sua omissão".

Nelson Marchezan constatou a falta de participação do Legislativo nas grandes decisões do Governo, decorrente, segundo afirmou, da ausência de prerrogativas do Congresso. Ele observou que "trilhões e trilhões de dólares" estão sendo gastos na construção de estradas, como a Linha Vermelha, no Rio, e a Ferrovia do Café, sem que o Congresso seja consultado sobre as despesas.

Pazzianotto prega autonomia sindical

BRASÍLIA — O Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, afirmou ontem que ficará decepcionado, "como cidadão e como eleitor", se os constituintes cedem às pressões e não adotarem o princípio de liberdade e autonomia sindical. Ao depor ontem na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, Pazzianotto explicou que desejava modificar agora a Lei de Greve, que considera "fascista", porque nela se esbarra diariamente, participando "obrigatoriamente do conflito entre a realidade e a farsa". Os constituintes não aceitaram a proposta, pois querem eles mesmos fazer as modificações. Mesmo assim, Pazzianotto quer falar com o Presidente Sarney sobre o assunto.

O Ministro disse que a nova Carta tem que ser clara quanto aos direitos do trabalhador e acabar com a tutela do Estado sobre os sindicatos, que não podem continuar sendo "um apêndice do Ministério do Trabalho".

— Se isto não acontecer, me sentirei malgrado, porque votei. Se se falhar no projeto democrático será para a manutenção da hipocrisia e de interesse inconfessável — afirmou o Ministro.

Em 1975, depois do carnaval, quis visitar o Teatro Municipal para ver como ficava a nossa principal casa de espetáculos depois do baile que ali se realizava todos os anos. Estarrecido, verifiquei que tudo estava fora de lugar, enormes goteiras em toda parte, portas, janelas e vidros quebrados, poltronas rasgadas, mármore e obras de arte cobertos por grossas camadas de sujeira. Decidi procurar o Governador Faria Lima. Fui ao Palácio Guanabara em companhia do Murilo Melo Filho e sugeri-lhe a construção de um Palácio das Artes, uma vez que o Teatro Municipal estava em petição de miséria. Na ocasião, ofereci-lhe uma doação de dois milhões de cruzeiros para o início de uma grande campanha em favor da idéia. O governador ouviu-me atentamente e disse que estudaria o assunto. Duas semanas depois, numa sexta-feira, às sete horas da noite, ouvi o telefone tocar. Não havia ninguém na sala e fui atender. Era o Governador Faria Lima que desejava falar comigo. Convidou-me para ser o presidente da Fundação dos Teatros do Estado do Rio de Janeiro (Funterj), assumindo as responsabilidades de todos os nossos teatros. Agradei mas disse que não podia aceitar, pois não tinha tempo para tamanho compromisso. Eu me conheço. Quando abraço uma causa, dedico-me a ela de corpo e alma, esquecendo de tudo o mais. Mas a insistência do governador foi tão gentil que eu aceitei. Fui obrigado, pela lei, a receber o salário de um cruzeiro por ano.

Tenho o meu próprio teatro e conheço os problemas de um palco com suas complexas maquinarias. E me dediquei a recuperar e restaurar o Municipal. Lá encontrei uma firma que realizava trabalhos rotineiros de recuperação. Não gostei do andamento das obras. Chamei o meu sobrinho Hélio Wrobel, seu irmão Fernando e o engenheiro José Oksenberg, que prontamente vieram trabalhar comigo. Apesar da boa vontade do governador, nos seus recursos eram limitados e fiz as obras pagando a eles 12% de administração, quando o normal, na época, eram 20%. Eles trabalharam dia e noite com a dedicação e a alta qualidade que caracterizam os seus empreendimentos.

Depois de recuperar e restaurar o Teatro Municipal, e sempre com eles, restauramos

completamente o Teatro João Caetano e construímos em seis meses, num recorde até hoje não superado, o Teatro Vila-Lobos e a Central Técnica de Inhaúma. Só pude concretizar essas obras porque tive o apoio e a colaboração da Wrobel Construtora.

Nessa ocasião, o Hélio me falou sobre o projeto de construir o Condomínio As Terrazas, na Barra da Tijuca. Fui o seu primeiro cliente e escolhi nas plantas um bloco de seis apartamentos. Lembro muito bem que eles mostraram a mim e a outros clientes — na inauguração do stand de vendas — as plantas e a maquete do projeto, onde figurava o terreno da frente que ficava reservado para posterior edificação. Quando recebi as escrituras, não tive qualquer dúvida de que o terreno da frente seria destinado a um novo edifício. Como as escrituras dos demais proprietários são idênticas às minhas, é evidente que todos estão suficientemente esclarecidos sobre o assunto.

Meus amigos: Até hoje recebo elogios pela restauração do Teatro Municipal, do João Caetano e pela construção do Teatro Vila-Lobos, entregues ao Estado rigorosamente dentro dos prazos e especificações que assumi. Franco Zeffirelli e M. Rostropovitch, artistas estrangeiros e brasileiros são unânimes em exaltar as obras ali realizadas. De tal maneira saí prestigiado da Funterj que tive a coragem de acabar com os bailes de carnaval, bem como as festas de formatura que tanto depredavam o Municipal.

O Rio conhece e admira os edifícios construídos pela Wrobel. São símbolos de bom gosto e alta qualidade. Já edificaram e entregaram dezenas de prédios. Todos os amigos aos quais recomendo a Wrobel ficaram-me gratos. É uma injustiça o que alguns condôminos desinformados das Terrazas estão promovendo contra a construtora. As ameaças feitas são ridículas e descabidas. Conheço bem este tipo de campanha. Fui amigo incondicional de JK. Passei 13 anos sozinho a seu lado, sofrendo todas as campanhas difamatórias. Hoje, todo mundo é JK. A justiça foi feita.

Quando soube da passeata dos condôminos das Terrazas, fiquei revoltado com a facilidade com que se pratica e divulga a mentira e a injustiça.